



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6922

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 31/01/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre as diretrizes que estabelecem a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências físicas ou com mobilidade reduzida, em espaços públicos do município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.3 **Posição:** 17 **Número de folhas:** 09

Especie: PL
Categoria: não tramitado, não votado
U: 26.3
Ordem: 17
nº fls: 07



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

Vereadora – Fátima Macedo

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio de Parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES Finalizando a Instituição e a Efetivação do Programa Saúde Marão – A Educação Formando Cidadão.

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - **Entrada em - 31/01/2006**
- 3 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei nº /2006

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio de parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES finalizando a instituição e a efetivação do Programa Saúde Marão – A Educação Formando o Cidadão e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal de Montes Claros autorizado a firmar convênio de parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, finalizando a instituição e efetivação do **Programa Saúde Marão – A Educação Formando o Cidadão**.

Parágrafo único. O **Programa Saúde Marão – A Educação Formando o Cidadão**, tem por finalidade garantir a todos os alunos, matriculados na rede pública municipal, o atendimento pleno à saúde integral através de medidas preventivas;

Art.2º- Anualmente, nos dois primeiros meses do ano escolar, o Poder Executivo Municipal, através do seu órgão de competência garantirá o uso das unidades de ensino da rede municipal para a efetivação do programa de que trata esta lei, observado o disposto nos artigos. 3.º e 4.º;

Art.3º- Caberá à Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES a coordenação e operacionalização do programa em conjunto com os órgãos pertinentes às áreas designados Poder Executivo Municipal;

Art.4º- A UNIMONTES viabilizará o atendimento que prevê esta lei, utilizando-se dos seguintes cursos:

I - Medicina,

II - Educação Física,

III - Odontologia,

IV - Enfermagem,

V - Pedagogia,

VI - Educação Artística.

VII - Direito

Parágrafo Único: Fica permitida, ainda, a inclusão, a qualquer tempo, de outros cursos existentes ou a serem criados e que venham contribuir para a eficácia do programa;

Art.5º. Todos os alunos matriculados no 3º período da Educação Infantil e na 1ª série do ensino fundamental, da rede municipal, serão submetidos a um “check-up” anual, por ocasião do início do ano escolar, objetivando detectar e prevenir possíveis deficiências que venham comprometer o seu desempenho pedagógico;

Art.6º. Detectadas as deficiências nos alunos, esses serão encaminhados ao órgão



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Art.7º. Os acadêmicos e professores envolvidos no programa receberão certificados de participação, que caracterizarão os relevantes serviços prestados à comunidade e, ainda, considerada como prática de ensino;

Art.8º. Gradativamente e após avaliação das entidades envolvidas, o programa, objeto desta lei, será estendido a todos os alunos matriculados na rede pública estadual do município;

Art.9º. O acompanhamento operacional do programa será efetuado por um Conselho, nomeado pelo Prefeito Municipal e com mandato de dois anos;

Parágrafo Único: O Conselho, previsto no “caput” deste artigo, terá a seguinte constituição:

- I. Um representante da família de Mário Ribeiro da Silveira e seu respectivo suplente;
- II. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e seu respectivo suplente;
- III. Um representante da Secretaria Municipal da Educação e seu respectivo suplente;
- IV. Um representante da Câmara Municipal e seu respectivo suplente;
- V. Um representante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde / UNIMONTES e seu respectivo suplente;
- VI. Um representante do Centro de Ciências Humanas / UNIMONTES e seu respectivo suplente;
- VII. Um representante do Centro de Ciências Sociais Aplicadas / UNIMONTES e seu respectivo suplente;
- VIII. Um representante do Centro de Ensino Médio e Fundamental / UNIMONTES e seu respectivo suplente;
- IX. Um representante do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas / UNIMONTES e seu respectivo suplente;
- X. Um representante do Prefeito Municipal e seu respectivo suplente;
- XI. Um representante do Reitor da UNIMONTES e seu respectivo suplente;

Art.10º. Os recursos decorrentes da aplicação do disposto na presente Lei correrão por conta de dotações consignadas nos orçamentos do Município.

Art.11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de janeiro de 2006.


FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 31 DE MARÇO DE 2006

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Justificativa

Por que Programa Marão, Saúde e Educação formando o Cidadão.

O cidadão e o homem público **Mário Ribeiro da Silveira**, carinhosamente chamado pelo povo de **Marão**, teve atuação marcante na área de saúde e educação, deixando marcas indeléveis na história de Montes Claros. Mesmo antes de exercer cargo público, fez opção pelas áreas da saúde e da educação, talvez por entender que ambas são pressupostos básicos da cidadania. A história da educação e da saúde de Montes Claros tem como divisor das águas, o Dr. Mário Ribeiro.

Por que UNIMONTES

A Universidade Estadual de Montes Claros tem entre os seus fundadores **Dr. Mário Ribeiro**. Atua com competência nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, podendo através dos seus acadêmicos e professores oportunizar diagnóstico e encaminhamento eficaz sem nenhum ônus ao Município, caracterizando, ainda, a prática do ensino nas áreas envolvidas;

Público alvo

Alunos na faixa etária de 6 a 7 anos matriculados no 3º período da Educação Infantil e na 1ª série do Ensino Fundamental da rede pública municipal. Atualmente o município atende 6.822 alunos nessas séries, segundo dados fornecidos pela S.M.E.

Operacionalização

Anualmente nos dois primeiros meses do ano escolar, todos os alunos do 3º período da Educação Infantil e da 1ª série do Ensino Fundamental da rede pública municipal, serão submetidos a exames médicos, odontológicos, biométricos e outros que possam identificar eventuais dificuldades de aprendizagem.

Responsabilidade

Acadêmicos dos diversos cursos da UNIMONTES, sob a supervisão e acompanhamento de professores.

Vantagens

Muitos dos problemas que afetam diretamente a aprendizagem e o rendimento escolar, principalmente das camadas populares, são decorrentes de problemas que poderiam ser evitados se toda a população, ao ingressar na escola, tivesse um diagnóstico completo, uma vez que é comum professores detectarem problemas visuais, auditivos, neurológicos e outros que, se tratados em tempo hábil, não deixariam seqüelas clínicas e/ou pedagógicas e, que, em muitas vezes, os próprios pais desconheciam.

Por outro lado, estaria sendo garantido a curto, médio e longo prazo uma rede de proteção às crianças e jovens no que se refere à saúde e educação plenas, além de oportunizar aos universitários o conhecimento "in loco" da realidade em que vão atuar como agentes de transformação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Para a Universidade – UNIMONTES - a possibilidade de contribuir, ainda mais, com o saber, para minimizar os graves problemas sociais e, portanto, cumprindo o seu papel de universidade pública.

Para o município, a possibilidade de conhecer e atuar com precisão em um trabalho preventivo que garantirá melhor qualidade de vida do povo e otimização dos recursos gastos na saúde.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio de parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES finalizando a instituição e a efetivação do programa “Saúde Marão – A Educação Formando Cidadão”., de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa questão de competência do Executivo Municipal, já que trata sobre a celebração de convênio.

Apesar de não impor ao Executivo a obrigação de celebrar mencionado convênio, a iniciativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal, é exclusiva do Poder Executivo, entendimento este ratificado pela própria Casa Legislativa ao manter veto do Executivo em matéria semelhante.


Em Parecer Jurídico emitido pela JN&C o Dr. José Nilo de Castro assevera-se que:

“Diante do exposto, conclui-se que os Projetos de Lei iniciados pelos Vereadores Municipais, que versem sobre matéria exclusiva do Poder Executivo estão maculados de inconstitucionalidade, devido a vício quanto à iniciativa. Tal prerrogativa é intrínseca ao Executivo, sendo, por sua vez indelegável.”

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 04 de dezembro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº ____/2006 QUE “ Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio de Parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES- Finalizando a Instituição e a Efetivação do Programa Saúde Marão – A Educação Formando o Cidadão” e dá Outras Providências, de Aatoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

RELATÓRIO

Nos termos *art.67 e 68* do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas.

O presente Projeto trata de matéria que **autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio de Parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES- Finalizando a Instituição e a Efetivação do Programa Saúde Marão – A Educação Formando o Cidadão.**

Convém ressaltar que projetos dessa natureza, denominados “Projetos Autorizativos”, sempre suscitaram dúvidas quanto à legalidade e ou inconstitucionalidade, quando surgiu a necessidade de uniformizar o entendimento, posto que tratam de matéria reservada ao Prefeito Municipal, como faz regra o art. 61, § 1º, inc. II, alíneas “a” a “e”, da Constituição Federal, aplicável no âmbito municipal em atenção ao princípio legal da simetria.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, embasada nos princípios de legalidade e constitucionalidade que regem os atos normativos, sugeriu uma consulta à **JN&C –Serviços Especializados em Assessoramento a Municípios S/A LTDA**, objetivando um maior esclarecimento sobre a matéria.

A JN&C, em Parecer Jurídico, enviado a esta Comissão, sustenta o

Câmara Municipal de Montes Claros

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

inconstitucionais, vez que dispõem sobre matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.

É a conclusão do Parecer da JN&C:

“Diante do exposto, conclui-se que os Projetos de Lei iniciados pelos Vereadores Municipais, que versem sobre matéria exclusiva do Poder Executivo estão maculados de inconstitucionalidade, devido a vício quanto à iniciativa. Tal prerrogativa é intrínseca ao Executivo, sendo, por sua vez indelegável.

A ação do Poder Legislativo nessa esfera caracteriza interferência indevida que não será sanada nem mesmo pela sanção, por parte do Prefeito Municipal, tendo em vista que o vício macula todo o procedimento legislativo”.

Em face da vasta fundamentação escorada nas leis (Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal), jurisprudências e doutrinas, apresentada no Parecer da JN&C, e pelo Parecer da Assessoria Jurídica desta Câmara Municipal, a Comissão se convence e delibera que os Projetos de Lei, denominados “Projetos Autorizativos” em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo são ilegais e inconstitucionais.

Assim, a Comissão verificou que o Projeto, em análise, contém vício formal quanto à iniciativa, o que o torna inconstitucional e exposto à invalidação judicial.

CONCLUSÃO

Desta forma, a Comissão considera o referido Projeto inconstitucional e ilegal.


Ver. Eurípedes Xavier Souto
Presidente

Montes Claros, 07 de dezembro de 2006.

Ver. Ademar de Barros Bicalho
Vice-Presidente


Ver. Antônio Silveira de Sá
Relator